



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Saúde**

**Junta de Recursos - SES-MG**

**Parecer nº 19/SES/GAB-JRECURSOS/2024**

**PROCESSO Nº 1320.01.0063062/2021-62**

## **JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

**ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo

**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde/SMS de Contagem

**UNIDADE VISITADA:** Hospital Municipal de Contagem

**MUNICÍPIO:** Contagem

**URS:** Belo Horizonte

**SEI:** 1320.01.0063062/2021-62

**ATIVIDADE SISAUD:** 668

**RECORRENTE:**

- **Instituto de Gestão e Humanização, representado pelo Sr. P.B.B. e Sra. A.K.X.**

## **RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria programada, realizada pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial (ARAS) Centro, no Sistema Municipal de Saúde/SMS de Contagem, tendo como unidade visitada o Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A (Hospital de Campanha)/UPA sede, no período compreendido entre 1º a 3/9/2021.

A Auditoria em questão foi desencadeada para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos financeiros, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

Após emissão do Relatório Final Consolidado de Auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 557/2023, 558/2023, 559/2023, 560/2023, 561/2023, 562/2023 e 563/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

### **Relatório Final na Secretaria Municipal de Saúde:**

- **Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:**

**1 – Constatação nº 637083** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não repassou recursos financeiros de origem Federal, Estadual e Municipal nos prazos e condições estabelecidos nos instrumentos jurídicos firmados de acordo com as regras que viabilizaram os repasses. (Prestador: Instituto de Gestão e Humanização-IGH, Instrumentos Jurídicos: Contrato de Gestão 108/2018, Contrato 49/2020 e Contrato 07/2021).

**2 – Constatação nº 637084** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Estadual de Saúde/FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

**3 – Constatação nº 637087** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

**4 – Constatação nº 637088** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não aplicou adequadamente os recursos próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

**5 – Constatação nº 637090** - As aquisições de equipamentos materiais/insumos/medicamentos pela SMS de Contagem destinadas ao Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha)/UPA Sede para o enfrentamento da COVID-19 não ocorreram em conformidade com os instrumentos jurídicos celebrados e a legislação vigente.

**6 – Constatação nº 637091** - Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados ao Instituto de Gestão e Humanização/IGH para atender ao Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede, não estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado a legislação vigente.

**7 – Constatação nº 637092** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Instituto de Gestão e Humanização/IGH para gestão do Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A (Hospital de Campanha) /UPA Sede no enfrentamento da COVID-19.

**8 – Constatação nº 637093** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

**9 – Constatação nº 637094** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pelo Hospital Municipal/Hospital Santa Helena S.A (Hospital de Campanha) /UPA Sede, no atendimento de casos da COVID-19.

**10 – Constatação nº 637095** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem valida parcialmente os dados e informações referentes à prestação parcial e/ou total de contas firmados com o IGH Instituto de Gestão e Humanização e Fundação Hospitalar São Francisco de Assis para atender o Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede, conforme estabelecido nos Contratos 108/2018, 49/2020, 07/2021 (IGH) e 20/2021 (FHSFA) e nas normas que regulamentam os repasses.

**11 – Constatação nº 637097** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde 2018-2021 e na Programação Anual de Saúde/2020, inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, porém os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

**12 – Constatação nº 637099** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem apresentou os Relatórios Detalhados dos Quadrimestres Anteriores RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores não contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID 19.

**13 – Constatação nº 637100** - O Relatório Anual de Gestão/2020 da SMS de Contagem não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

**• Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recurso em consequência da constatação não conforme:**

**14 – Constatação nº 652593** - A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem não repassou recursos financeiros de origem Federal e Municipal nos prazos e condições estabelecidos nos instrumentos jurídicos firmados de acordo com as regras que viabilizaram os repasses. (Prestador: Hospital e Maternidade Santa Helena S.A., Instrumento Jurídico: Contrato 38/2020).

**Relatório Final no Hospital Municipal de Contagem**

**• Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:**

**1 – Constatação nº 637405** - O Hospital não utilizou os equipamentos e materiais/insumos/medicamentos recebidos e/ou adquiridos na assistência para o enfrentamento da COVID-19.

**2 – Constatação nº 639147** - O IGH - Instituto de Gestão e Humanização, não realiza prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou no instrumento jurídico firmado (Contrato Nº 108/2018 - Termos Aditivos 2º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º) para o enfrentamento da COVID-19 no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

**3 – Constatação nº 637408** - O Hospital não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

**4 - Constatação nº 637410** - O Hospital não utiliza um protocolo de manejo clínico para a COVID-19.

**• Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Adoção de Providências por parte do SMS Junto ao Instituto de Gestão e Humanização - IGH em consequência da constatação não conforme:**

**5 - Constatação nº 639147** – O IGH - Instituto de Gestão e Humanização, não realiza prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou no instrumento jurídico firmado (Contrato Nº 108/2018 - Termos Aditivos 2º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º) para o enfrentamento da COVID-19 no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

## PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem, o Hospital Municipal, bem como as demais Pessoas Físicas notificadas não apresentaram defesa em 2ª instância.

O Instituto de Gestão e Humanização (IGH), representado pelo **Sr. P. B. B.** e pela **Sra. A. K. X.**, todos devidamente qualificados nos autos do processo, por meio dos seus advogados SANDERS, CARVALHO, LUDUVICE & FIGUEREDO (SCLF), interpôs recurso administrativo (**Doc. 77669048**), referente à **constatação nº 639147**, em resposta ao Ofício de Notificação SES/AUDSUS nº 563/2023.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

**5 - Constatação nº 639147** – O IGH - Instituto de Gestão e Humanização, não realiza prestação de contas conforme previsto nas legislações e/ou no instrumento jurídico firmado (Contrato Nº 108/2018 - Termos Aditivos 2º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º) para o enfrentamento da COVID-19 no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede.

### A equipe de auditoria evidenciou:

*“Após extração de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES e CNPJ no site DATASUS/Ministério da Saúde e análise de contratos apresentados pelo auditado, verificou-se a celebração do contrato 108/2018 (vigente de 07/11/2018 a 07/11/2021), entre a SMS de Contagem e o IGH - Instituto de Gestão e Humanização, qualificado como Organização Social de Saúde, CNPJ Nº 11.858.570/0001-33, código de descrição de natureza jurídica Nº 399-9/Associação Privada, com endereço à Rua das Hortênsias, nº 668, Bairro Pituba, CEP: 41.810-010, município de Salvador/BA. Em relação ao objetivo e escopo dessa atividade de auditoria no contexto do enfrentamento ao COVID-19, foram analisadas informações referentes a abrangência de março/2020 a agosto/2021. O contrato Nº 108/2018 (Chamamento Público nº 005/2018), prevê em sua cláusula 2ª, DO OBJETO a operacionalização do gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde do Complexo Hospitalar e Unidades de Pronto Atendimento em sistema de Cogestão com*

o município, cláusula 3ª, repasses mensais e 85% fixo e 15% variável (cláusula 11, item 11.3) e cláusula 4ª vigência de 36 (trinta e seis) meses a partir de 07/11/2018, vigente até 07/11/2021. No contexto das ações enfrentamento ao COVID-19 destacamos os Termos Aditivos 2º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º do contrato Nº 108/2018 que serviram para o repasse de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia COVID 19, o repasse de recursos no valor de R\$ 30.508.274,51 (trinta milhões quinhentos e oito mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) conforme detalhado no ANEXO 1 A, deste Relatório.

....

Desta forma, a equipe de auditoria não verificou prestação de contas efetiva e regular validadas pela Secretaria Municipal de Saúde/Comissão de Avaliação/Superintendência de Regulação municipal/Superintendência de Urgência e Emergência municipal conforme previsto no Contrato 108/2018 cláusulas 6º itens 6.3, 6.4, 6.14 e 6.18, 7º item 7.1 e 9ª e Termos Aditivos 2º, 5º, 6º, 7º, 10º e 14º, que preveem o repasse de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia COVID 19.

A não aprovação das contas pelos responsáveis pelo acompanhamento da execução do Contrato 108/2018, se apresenta em desacordo com as cláusulas 5º item 5.3.2.75, 6º itens 6.3, 6.4, 6.14 e 6.18 e 9ª, os 18 (dezoito) Termos Aditivos e Constituição Federal de 1988 Art. 70 § único, Lei Complementar nº 102/2008 Art. 47; Instrução Normativa TCE/MG nº 03/2013 Art. 2º; Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do TCU), Art. 8º e na Instrução Normativa TCU nº 71/2012 Art. 3º.

Por motivo de limitação de caracteres do Sistema, o texto integral da Evidência desta Constatação consta no ANEXO 2 deste Relatório.”

• **Manifestação do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), representado pelo Sr. P. B. B. e pela Sra. A. K. X:**

## “RELATÓRIO

Trata-se de relatório consolidado da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, referente à auditoria nº 668, que foca no Hospital Municipal de Contagem, localizado no município de Contagem, Minas Gerais, Brasil. A auditoria foi programada para avaliar a gestão relacionada ao enfrentamento da COVID-19, com a entidade responsável pela gestão compartilhada, com recursos do Fundo Municipal de Saúde de Contagem, abrangendo o período de março de 2020 a agosto de 2021.

O relatório preliminar apontou algumas não conformidades. O RECORRENTE apresentou sua defesa, sendo que na constatação 639147, não foram acolhidos os seus argumentos. Foi mantido o entendimento de que O RECORRENTE não realizou a prestação de contas conforme previsto nas legislações e no instrumento jurídico firmado (Contrato Nº 108/2018 - Termos Aditivos) para o enfrentamento da COVID-19 no Hospital Municipal de Contagem/Hospital Santa Helena S.A. (Hospital de Campanha) /UPA Sede. Foram 2 os pontos:

a) O RECORRENTE, ainda que tenha apresentado os ofícios de prestação de contas do período, tais não tinham protocolo de recebimento; b) Ainda que o RECORRENTE alegue que os recursos da intervenção não são da sua responsabilidade, eles caíram em sua conta. Ao fim, o relatório entende que a não conformidade não foi sanada e pede devolução dos recursos ao erário público.

### DAS RAZÕES

Constatação nº 639147

Grupo: Recursos Financeiros

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Conformidade: Não conforme

Acatamento da Justificativa: Não

A) **FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NO CONTRATO DE GESTÃO Nº 108/2018.**

O relatório final conclui que “desta forma, a equipe considera que não foram apresentados fatos novos ou evidências suficientes para afastar a não conformidade detectada.” Prossegue:

Propõe-se ao auditado a penalidade de Advertência Escrita. A Secretaria Municipal de Saúde de Contagem deverá adotar as medidas necessárias para o ressarcimento pelo IGH/Instituto de Gestão e Humanização do

valor original de R\$ 15.073.948,36 (quinze milhões setenta e três mil novecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos) à conta corrente de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde e do valor original de R\$ 15.434.326,15 (quinze milhões quatrocentos e trinta e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e quinze centavos) diretamente ao Fundo Nacional de Saúde, conforme indicado no capítulo de PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO deste Relatório.

Inicialmente, cabe ressaltar que em sua defesa, o RECORRENTE apresentou os ofícios de encaminhamento das prestações de conta do período, conforme a seguinte lista:

- Ofício nº 256.2020/PREST.CTAS/IGH: PC março de 2020;
- Ofício nº 260.2020/PREST.CTAS/IGH: PC abril de 2020;
- Ofício nº 261.2020/PREST.CTAS/IGH: PC maio de 2020;
- Ofício nº 164.2020/PREST.CTAS/IGH: PC junho de 2020;
- Ofício nº 188.2020/PREST.CTAS/IGH: PC julho de 2020;
- Ofício nº 228.2020/PREST.CTAS/IGH: PC agosto de 2020;
- Ofício nº 247.2020/PREST.CTAS/IGH: PC setembro de 2020;
- Ofício nº 263.2020/PREST.CTAS/IGH: PC outubro de 2020;
- Ofício nº 277.2020/PREST.CTAS/IGH: PC novembro de 2020;
- Ofício nº 020.2021/PREST.CTAS/IGH: PC anual de 2020;
- Ofício nº 054.2021/PREST.CTAS/IGH: PC janeiro de 2021;
- Ofício nº 061.2021/PREST.CTAS/IGH: PC fevereiro de 2021;
- Ofício nº 085.2021/PREST.CTAS/IGH: PC março de 2021;
- Ofício nº 086.2021/PREST.CTAS/IGH: PC março de 2021;
- Ofício nº 113.2021/PREST.CTAS/IGH: PC abril de 2021;
- Ofício nº 128.2021/PREST.CTAS/IGH: PC maio de 2021;
- Ofício nº 143.2021/PREST.CTAS/IGH: PC junho de 2021.

O relatório final aponta que a não conformidade persiste, pois não foram apresentados os respectivos protocolos de recebimento. Todavia, o próprio documento reconhece que os seguintes ofícios foram devidamente recebidos:

- Janeiro 2021 (OFÍCIO nº 54.2021/PREST.CTAS/IGH) recebida pelo servidor C.M.A.F.M. em 24/03/2021;
- Março 2021 (OFÍCIO nº 085.2021/PREST.CTAS/IGH) e (OFÍCIO nº 088.2021/PREST.CTAS/IGH) recebido pelo servidor I.L.C.S.S.G. em 30/04/2021;
- Maio 2021 (OFÍCIO nº 0113.2021/PREST.CTAS/IGH) recebido pelo servidor C.M.A.F.M. em 14/07/2021;
- Junho 2021 (OFÍCIO nº 0143.2021/PREST.CTAS/IGH) recebido pelo servidor C.M.A.F.M. em 14/07/2021.

Assim, tais meses de competência devem ser computados como conformes, pois há prova direta de que as contas foram prestadas. Dos demais meses de competência do período auditado, os RECORRENTES encaminhou ofício no dia 24 de novembro de 2023 para o Município de Contagem, com base da Lei de Acesso à Informação.

**Anexo: cópia do Protocolo Requerimento Acesso Informação - IGH - e-mail endereçado à SMS de Contagem, no qual solicita a realização do protocolo do requerimento em anexo, bem como dos documentos que o acompanham (atos constitutivos do IGH e procuração judicial).**

O pedido é para apresentar os protocolos dos ofícios dos outros meses sem a comprovação. Tal medida já havia sido feita pelos RECORRENTES em sua defesa, fato que não foi observado pela auditora do caso. Sendo assim, em 20 dias, o Município de Contagem terá que responder tal demanda. Com os devidos protocolos, será afastada qualquer não conformidade.

#### **B) RECURSOS RECEBIDOS DURANTE A INTERVENÇÃO**

Sobre os recursos recebidos durante o período de intervenção, a partir de 9 de junho de 2021, conforme Decreto Municipal nº 176, os RECORRENTES alegaram que não possuíam nenhuma gestão sobre o contrato de gestão nº 108/2018, por força do seu art. 6º:

Art. 6º A Assembleia Geral, a Presidência, o Conselho de Administração, a Superintendência, as Diretorias e os demais órgãos deliberativos, de gestão, execução ou aconselhamento da Organização

*Social, no âmbito do Contrato de Gestão nº 108/2018, ficam imediatamente desabilitados de prerrogativas, poderes, competências, atribuições e prática dos atos de gestão inerentes às respectivas investidas, que ficam, desde logo, atribuídas ao Interventor, respeitada abrangência da intervenção. (grifos nossos)*

*Logo, os RECORRENTES não foram responsáveis pela abertura da conta corrente nº 104-5/3157-7/Bradesco, não a movimentou, enfim, não ordenou nenhuma despesa. Todos os atos foram praticados pelo INTERVENTOR. Ainda assim, tal argumento não foi acolhido pela auditora que analisou a defesa dos RECORRENTES:*

*O manifestante ressaltou que a prestação de contas foi efetuada até a última movimentação da conta antes da intervenção. Destacamos que a intervenção ocorreu em 09/06/2021, de acordo com o Decreto Municipal nº 176 de 09/06/2021, com vigência de 180 dias. Assim, com referência à nota de empenho nº 79142020, fato gerador 29/10/2021, valor R\$ 3.045.366,75; e à nota de empenho nº 79142020, fato gerador 29/10/2021, valor R\$ 3.113.348,59, embora estejam dentro do período da intervenção, conforme justificado, os recursos foram recebidos pelo Instituto de Gestão e Humanização/IGH em 29/10/2021 na conta corrente nº 104-5/3157-7/Bradesco, vinculada ao CNPJ nº 18.858.570.0014-58 (IGH FILIAL) conforme demonstrado no ANEXO 1 A deste Relatório. (grifos nossos)*

*O argumento dos RECORRENTES não foi acolhido pelo entendimento de que os recursos do período da intervenção foram recebidos em conta corrente vinculada aos RECORRENTES. Todavia, a auditora desconsiderou alguns fatos.*

*O primeiro fato já apontado e não analisado foi o art. 6º do Decreto Municipal nº 176/2021, que retirou a possibilidade de os RECORRENTES realizarem qualquer ato de gestão.*

*Todos os atos, após publicação do decreto, são de responsabilidades do INTERVENTOR. Logo, não há nexo de causalidade entre a ausência de prestação de contas no período de intervenção com a omissão apontada dos RECORRENTES, pois a responsabilidade de prestar contas é de quem ordenou a despesa, ou seja, o INTERVENTOR.*

*O segundo fato é que os RECORRENTES não abriram e não movimentaram a conta corrente nº 104-5/3157-7/Bradesco, que foi aberta pelo INTERVENTOR mediante ação judicial contra o Banco Bradesco, autos do processo nº 5016609-58.2021.8.13.0079, em trâmite na 2ª Vara Empresarial, de Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem. Ainda que o RECORRENTE IGH seja autor da ação, em litisconsórcio ativo com o MUNICÍPIO DE CONTAGEM, a procuração, de ID nº 4380368062, é assinada pelo Sr. Eduardo Caldeira de Souza Penna, nada mais, nada menos que o INTERVENTOR.*

*Os advogados que receberam a procuração, Sílvio de Magalhães Carvalho Júnior (OAB/MG 56.920) e Fábio Emmanuel Linhares Franco (OAB/MG 56.601), são estranhos ao RECORRENTE IGH. São de escolha do INTERVENTOR.*

*O terceiro fato é que os RECORRENTES notificaram o INTERVENTOR e o MUNICÍPIO DE CONTAGEM para prestarem contas, conforme Ofício nº 01/2023/SCLF, enviado em 11 de abril de 2023, ainda sem resposta. Daí o motivo dos RECORRENTES, na defesa apresentada, terem requerido a notificação do MUNICÍPIO DE CONTAGEM e do INTERVENTOR para prestarem contas.*

*Assim, a) **Responsabilidade de Terceiro Devido à Intervenção:** O artigo 6º do Decreto Municipal nº 176/2021 claramente retira dos RECORRENTES qualquer possibilidade de gestão ou controle sobre o Contrato de Gestão nº 108/2018, transferindo todas as prerrogativas, poderes e responsabilidades ao INTERVENTOR.*

*Portanto, os RECORRENTES ficaram legalmente impossibilitados de exercer qualquer ato de gestão, incluindo a abertura e movimentação da conta corrente em questão e a ordenação de despesas, que foram exclusivamente realizadas pelo INTERVENTOR; b) **Ausência de Nexo de Causalidade:** Não existe nexo causal entre a ausência de prestação de contas no período de intervenção e qualquer omissão dos RECORRENTES.*

*O dever de prestar contas recai sobre quem efetivamente ordena as despesas, neste caso, o INTERVENTOR. Assim, a responsabilidade pela prestação de contas não pode ser atribuída aos RECORRENTES, já que eles não tiveram nenhum controle ou gestão sobre os recursos durante o período em questão; c) **Medidas***

***Cabíveis Tomadas pelos Recorrentes:*** Os RECORRENTES demonstraram diligência ao notificar tanto o INTERVENTOR quanto o MUNICÍPIO DE CONTAGEM para que prestassem contas, conforme evidenciado pelo Ofício nº 01/2023/SCLF e, diante a inércia da Administração Pública em apresentar resposta, fora impetrado um Mandado de Segurança correndo sob o nº 5060395-84.2023.8.13.0079. Esta ação indica que os RECORRENTES tomaram todas as medidas possíveis e cabíveis dentro de seu âmbito de atuação para garantir a devida prestação de contas pelo responsável, o INTERVENTOR.

*Em conclusão, dadas as circunstâncias da intervenção, a transferência de responsabilidades para o INTERVENTOR, a ausência de nexo causal entre a conduta dos RECORRENTES e a não prestação de contas, e as medidas tomadas pelos RECORRENTES para assegurar a responsabilização do INTERVENTOR, é jurídica e tecnicamente inadequado imputar qualquer responsabilidade aos RECORRENTES pela não prestação de contas dos recursos recebidos durante o período da intervenção.*

*A exclusão da responsabilidade dos RECORRENTES nos casos de ato praticado por terceiro e ausência de nexo causal é fundamentada em princípios jurídicos claros. No caso do ato praticado por terceiro, conforme o artigo 933 do Código Civil, a responsabilidade recai sobre quem efetivamente realiza a ação. Se os RECORRENTES não tiveram controle ou participação nos atos (que foram exclusivamente executados pelo INTERVENTOR), eles não podem ser responsabilizados.*

*Quanto à ausência de nexo causal, o artigo. 186 do Código Civil estabelece que para haver responsabilidade, deve existir uma conexão direta entre a ação do agente e o dano causado. Se os RECORRENTES não realizaram ações que diretamente causaram o dano (neste caso, a não prestação de contas), a responsabilidade por tal omissão não pode ser atribuída a eles. Portanto, devido à ausência de nexo causal e ao fato de os atos terem sido praticados por um terceiro (o INTERVENTOR), os RECORRENTES estão isentos de responsabilidade nesse caso.*

#### **DOS PEDIDOS**

*Ante o exposto, pede que V. Ex.<sup>a</sup> conheça do presente recurso para no mérito:*

*A. Reconhecer a conformidade da prestação de contas dos seguintes meses: janeiro/2021; março/2021; maio/2021; e, julho/2021, conforme manifestado em linhas volvidas;*

*B. após a apresentação dos protocolos das contas prestadas pelos RECORRENTES por parte do MUNICÍPIO DE CONTAGEM, dar-lhe provimento, declarando a conformidade da constatação nº 639147.*

#### **DOS REQUERIMENTOS**

*Requer prazo para juntada dos documentos que serão fornecidos pelo MUNICÍPIO DE CONTAGEM.”*

O Contrato de Gestão nº 108/2018, celebrado entre o município de Contagem/MG, por intermédio da sua Secretaria Municipal de Saúde, e o (a) Instituto de Gestão e Humanização – IGH qualificado (a) como organização social de saúde, estabeleceu o seguinte:

(...)

#### **2. DO OBJETO**

**2.1.** O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objetivo a operacionalização do gerenciamento e execução pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, das atividades e serviços de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento Vargem das Flores, Sede, Ressaca, Petrolândia e JK e do Complexo Hospitalar – Hospital e Maternidade Municipal de Contagem /MG, em conforme com os anexos que integram este instrumento.

(...)

#### **3. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**

**3.1** O valor estimado do CONTRATO tem como base a soma dos valores nominais, ao longo do período contratual, referente ao valor **R\$ 399.416.445,05** (trezentos e



noventa e nove milhões quatrocentos e dezesseis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), correspondentes à PROPOSTA FINANCEIRA da CONTRATADA adjudicada no CHAMAMENTO PÚBLICO.

3.2 O valor acima referido tem como referência a data de adjudicação do objeto do CHAMAMENTO PÚBLICO em favor da CONTRATADA.

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	VALOR BIENAL	VALOR TRIENAL
01	014.990	CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de ORGANIZAÇÃO SOCIAL para prestação de serviços técnicos especializados de operacionalização, gerenciamento e execução de atividades, ações e serviços de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento: Vargem das Flores, Sede, Ressaca, Petrolândia e JK e Complexo Hospitalar – Hospital e Maternidade Municipal de Contagem (Centro Materno Infantil Juventina Paula de Jesus)	R\$11.094.901,25	R\$133.138.815,01	R\$266.277.603,03	R\$399.416.445,05
VALOR	TREZENNTOS E NOVENTA E NOVE MILHÕES QUATROCENTOS E DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINCO CENTAVOS					R\$ 399.416.445,05

#### 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO será de 36 (trinta e seis) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, observando o disposto no Termo de Referência.

(...)

#### 11. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

(...)

11.3 A transferência à ORGANIZAÇÃO SOCIAL será efetivada mediante a liberação de 36 parcelas mensais, cujo valor de cada parcela corresponde a um valor fixo de 85%(oitenta e cinco por cento) do orçamento mensal, e um valor correspondente à parte variável do contrato de 15% (quinze por cento) do orçamento mensal.

(...)

Extrai-se da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

(...)

*Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária*

*Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

*Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação da EC 19/1998)*

A Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas, contém as seguintes disposições:

*Seção II**Da Tomada de Contas Especial*

(...)

*Art. 47 A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotará providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos e quantificação do dano, quando caracterizadas:*

*I – omissão do dever de prestar contas;*

*II – falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo município;*

*III – ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;*

*IV – prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que possa resultar dano ao erário.*

*§ 1º No caso de não cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.*

*§ 2º Não atendida a determinação prevista no § 1º, o Tribunal, de ofício, instaurará a tomada de contas especial, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Lei Complementar.*

*§ 3º Os elementos que integram a tomada de contas especial serão estabelecidos em ato normativo do Tribunal.*

A Instrução Normativa TCE/MG nº 03/2013, dispõe sobre os procedimentos da tomada de contas especial no âmbito dos órgãos e entidades das Administrações Diretas e Indiretas, estaduais e municipais, e dá outras providências:

(...)

*Art. 2º. Tomada de contas especial é o procedimento instaurado pela autoridade administrativa competente depois de esgotadas as medidas administrativas*

*internas, ou pelo Tribunal, de ofício, com o objetivo de promover a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, quando caracterizado pelo menos um dos seguintes fatos:*

*I – omissão no dever de prestar contas;*

*II – falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;*

*III – ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; ou*

*IV – prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário.*

Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992 que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – TCU, estabeleceu:

(...)

## *TÍTULO II*

### *JULGAMENTO E FISCALIZAÇÃO*

#### *Capítulo I*

#### *Julgamento de Contas*

#### *Seção I*

#### *Tomada e Prestação de Contas*

(...)

*Art. 8º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta Lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.*

*§ 1º Não atendido o disposto no **caput** deste artigo, o Tribunal determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.*

*§ 2º A tomada de contas especial prevista no **caput** deste artigo e em seu § 1º será, desde logo, encaminhada ao Tribunal de Contas da União para julgamento, se o dano causado ao Erário for de valor igual ou superior à quantia para esse efeito fixada pelo Tribunal em cada ano civil, na forma estabelecida no seu Regimento Interno.*

*§ 3º Se o dano for de valor inferior à quantia referida no parágrafo anterior, a tomada de contas especial será anexada ao processo da respectiva tomada ou prestação de contas anual do administrador ou ordenador de despesa, para julgamento em conjunto.*

No mesmo sentido são as disposições da instrução normativa TCU - 71/2012, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos

processos de tomada de contas especial:

(...)

*Art. 3º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deve imediatamente, antes da instauração da tomada de contas especial, adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos.*

Pois bem,

Conforme já apontado a equipe esteve em auditoria operativa no SMS de Contagem, sem obter as prestações de contas efetivas e regulares validadas pela Comissão de Avaliação/Superintendência de Regulação municipal, conforme previsto no contrato celebrado entre o SMS e o IGH.

Segundo apontado pela equipe, na fonte de evidências, os servidores designados para compor a referida comissão de avaliação, informaram que o contratado não apresentou as prestações de contas respectivas, mas que “apenas entregam documentos.”

O Recorrente encaminhou documentação, para comprovar que todos os ofícios encaminhados foram devidamente recebidos e protocolados, vez que a auditoria alegara (Análise da defesa em primeira instância) que os ofícios de prestação de contas não foram devidamente assinados e protocolizados. Informou ainda que notificou o Interventor e o Município de Contagem para prestarem contas, conforme ofício nº 01/2023/SCLF, enviado em 11 de abril de 2023.

No que se refere à alegação de que a nota de empenho nº 7914/2020, fato gerador 29/10/2021, é do período da intervenção, importa observar que a referida intervenção se deu no período compreendido entre junho/dezembro de 2021. A referida nota, as notas fiscais, bem como os comprovantes de transferências bancárias ocorreram no ano de 2020, ou seja, em período anterior a intervenção, conforme documentação em anexo (86810855).

Convém esclarecer que o ofício direcionado à recorrente é claro no sentido de que as penalidades e/ou medidas corretivas propostas foram aplicadas ao ente auditado (Sistema Municipal de Saúde), porém, se notificam, também, as pessoas passíveis de possíveis responsabilizações, em atendimento ao que dispõe a normativa pertinente:

- Constituição Federal:

“ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)”

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

- Lei Federal nº 9784/1999, que regulamenta o processo no âmbito da Administração Pública:  
(...)

Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:  
(...)

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

Ante ao exposto, reforçamos que as penalidades e/ou medidas corretivas propostas, no âmbito do presente processo de auditoria, são direcionadas ao SMS auditado, não tendo o condão de penalizar diretamente ao IGH como sujeito passivo.

## CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade do recurso administrativo apresentado pelo IGH foram atendidos. No entanto, entendemos, S.M.J, que as argumentações, bem como que a documentação apresentada, por si só, não se mostraram válidas a comprovar o atesto das prestações de contas respectivas.

Assim sendo, ante a ausência de apresentação de recurso administrativo por parte do SMS de Contagem, bem como do Hospital Municipal, opinamos pela manutenção das penalidades e medidas corretivas aplicadas, situação em que o SMS deverá instaurar procedimento com vistas a adoção das medidas impostas pela equipe de auditoria, junto ao IGH, no que se refere à constatação nº **639147** oportunizando àquele instituto o adequado exercício do contraditório.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 22 de abril de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86810759** e o código CRC **E1303A10**.

Referência: Processo nº 1320.01.0063062/2021-62

SEI nº 86810759